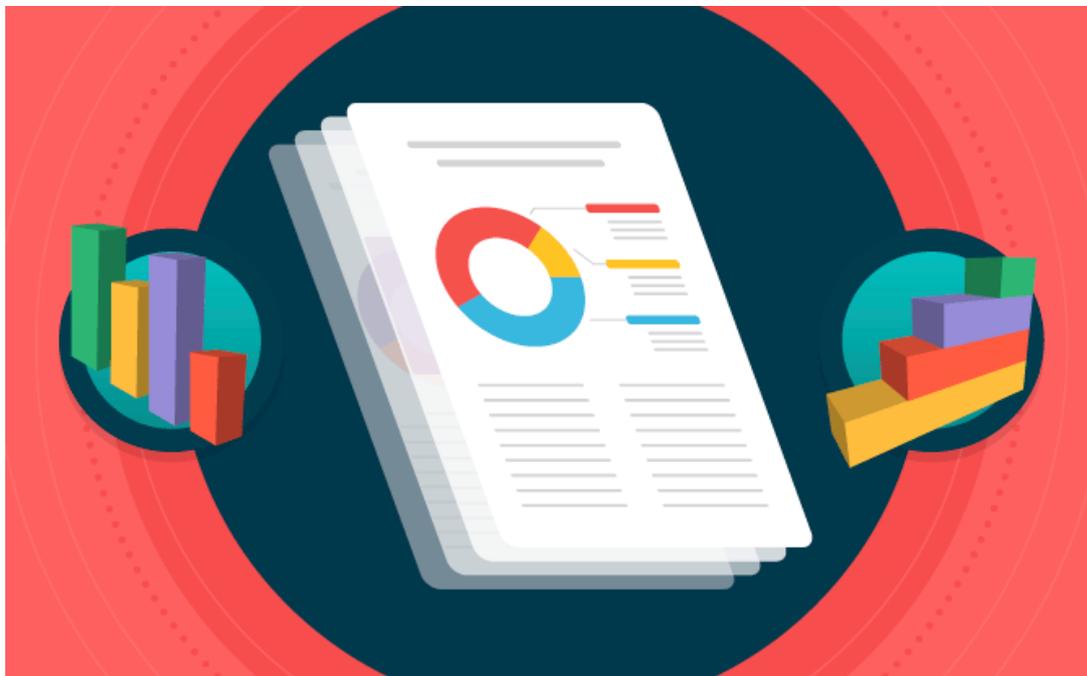




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

2018/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO
2018/2019

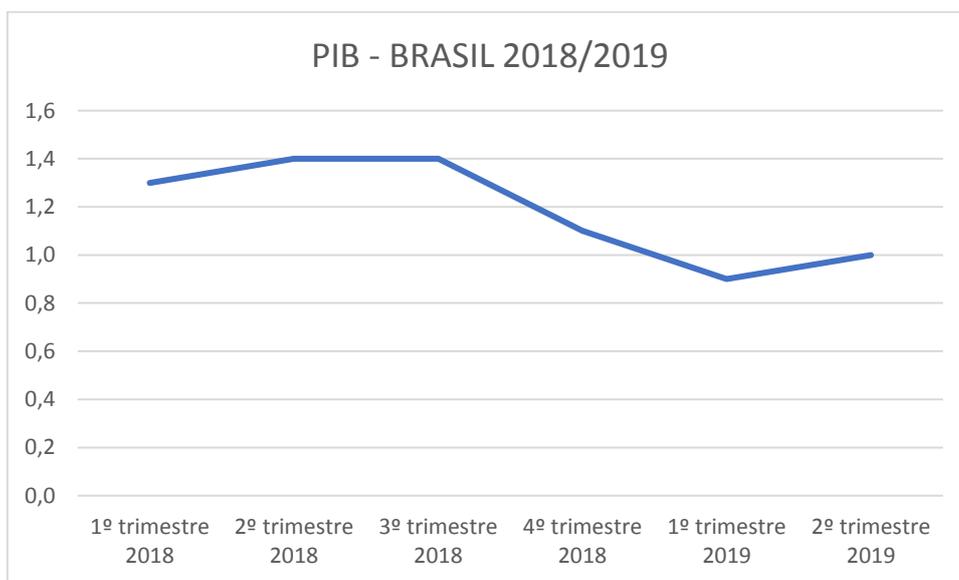


Nós, brasileiros, temos experimentado um período de extrema singularidade, no que tange às relações sociais. As instituições públicas, de forma geral, têm buscado adaptar-se a essas alterações do contexto social, administrando suas atividades de apoio sem olvidar sua missão.

As relações do poder público com a sociedade têm observado uma dinâmica significativa, em razão da aproximação desta com aqueles, o que, por si, já demonstra uma grande evolução dessas relações.

Entretanto, a estrutura das organizações públicas não comporta uma alteração rápida, pois, estas, ainda se encontram na transição do modelo burocrático para o gerencial.

Agrava-se, ainda mais, esse descompasso, ao verificarmos as restrições impostas pela desaceleração econômica experimentada pelo nosso país, nos últimos anos. Somente nos seis recentes trimestres (jan/2018 a jun/2019), o Produto Interno Bruto do Brasil vem patinando na casa de 1 ponto percentual, conforme dados extraídos do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, o orçamento dos órgãos públicos do Brasil ficará estagnado por 20 (vinte) anos, obstaculizando os investimentos.

Essas circunstâncias exigem que o gestor público seja criativo, sem ser oneroso, e seja audacioso, sem ser imprudente, para que realize as ações necessárias à manutenção da excelência da prestação do serviço à sociedade, sem que incorra em crimes de responsabilidade.

Afinal, como escreveu Bauman¹, as relações mudaram, pois, enquanto a modernidade sólida, com suas características mais conservadoras, impõe certo enrijecimento nos relacionamentos entre sujeito e instituições, na modernidade líquida, ocorre uma “diluição” dessa fixidez, com o indivíduo assumindo o protagonismo em detrimento do coletivo. Assim, as instituições tendem a ser vistas como descartáveis, a partir do momento em que não servem aos propósitos imediatos do indivíduo. O gestor público não se pode deixar levar pelos rompantes circunstanciais, mas, sim, deve preservar a coisa (*res*) pública, com atenção aos riscos que permeiam todos os processos de trabalho.

Com essa premissa, busquei administrar o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, durante o biênio que se finda, com denodo e responsabilidade, sabendo da efemeridade do cargo, mas da perenidade da gestão.

Desembargador ANNIBAL DE REZENDE LIMA
Presidente

¹ BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2001.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

BIOMETRIA VILA VELHA

O início da gestão encontrou a conclusão do procedimento de revisão do eleitorado do município de Vila Velha.



Há mais de cinco meses em andamento (desde 26 de junho de 2017), os dois últimos meses do processo revisional coincidiram, justamente, com a chegada da nova Mesa Diretora do TRE-ES. Naquela ocasião, 35% do eleitorado vilavelhense ainda não havia comparecido à convocação.

Os veículos de comunicação solidificaram uma excelente parceria com o TRE-ES, divulgando, maciçamente, o evento, propiciando o incremento do volume de atendimentos, na Central de Atendimento Biométrico, instalada no Boulevard Shopping de Vila Velha.



Dos 286.024 eleitores contabilizados na cidade, 232.589 se apresentaram à Central de Recadastramento Biométrico, localizada em área interna do Boulevard Shopping, representando 81,32% dos eleitores cadastrados.

Mesmo com a aprovação do resultado da revisão de eleitorado e início do processo de cancelamento dos títulos de eleitor de quem não se apresentou ao cartório, os ausentes tiveram até o dia 9 de maio de 2018 para regularizar a situação com a Justiça Eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Bastou ao cidadão comparecer com documento de identificação oficial, comprovante de residência recente e título de eleitor para evitar o cancelamento permanente do título.

Em Vila Velha, a revisão biométrica teve início em 26 de junho de 2017 e foi finalizada em 09 de fevereiro de 2018.

BIOMETRIA 2019



COLATINA



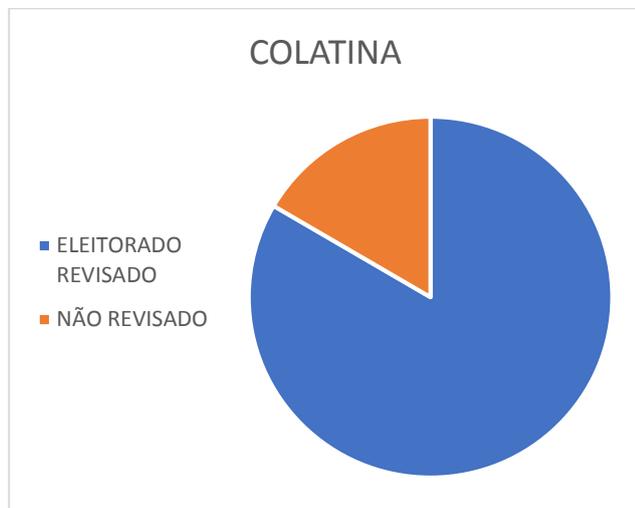
O município de Colatina, na região noroeste do estado, constitui um dos maiores colégios eleitorais da circunscrição.

As instalações próprias da Justiça Eleitoral proporcionaram a realização da Revisão do Eleitorado da 6ª Zona Eleitoral, cujo total ultrapassa os 90 mil eleitores.

Iniciada no mês de setembro, a coleta de dados biométricos dos eleitores de Colatina foi concluída em 26 de novembro, contando com o comparecimento de mais de 83% do eleitorado originalmente convocado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O maior colégio eleitoral do interior do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim, com 137 mil eleitores, iniciou a revisão em meados de setembro, e concluiu em 7 de dezembro, computando um excelente comparecimento de seus eleitores.

Foram 81% ou 111.230 comparecentes à convocação. Os 26 mil eleitores, que não atenderam ao chamado, tiveram seus títulos cancelados.

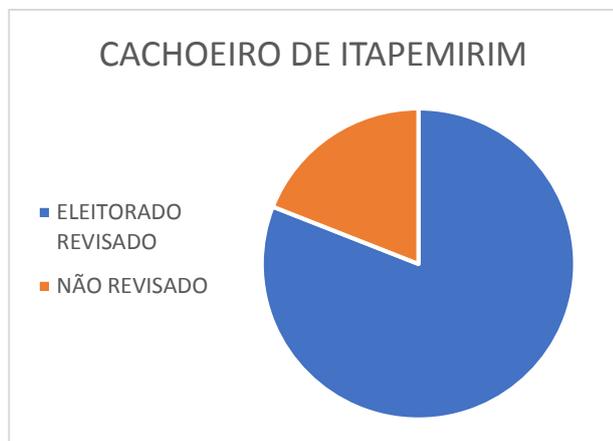
A Revisão do Eleitorado busca sanear os dados do cadastro eleitoral, retirando os eleitores que não mais residem no município original.



O ex-Senador pelo Espírito Santo, Sr. Camilo Cola, atualmente com 96 anos de idade, compareceu para cadastrar-se na revisão biométrica, no município de Cachoeiro de Itapemirim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



PIÚMA



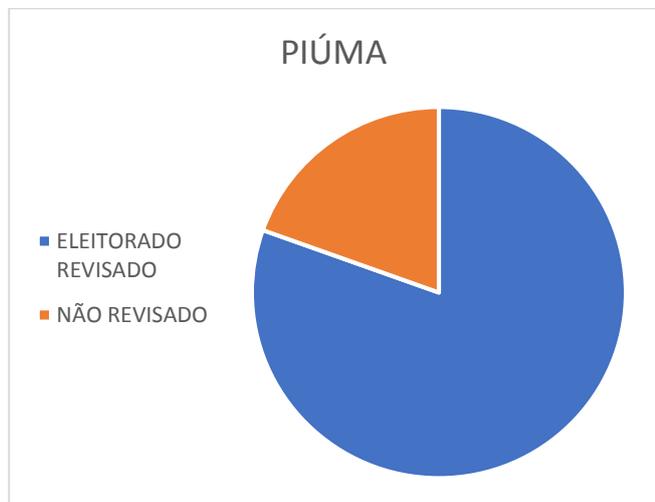
Com pouco mais de 16 mil eleitores, o município de Piúma mereceu uma atenção especial para a realização do cadastramento biométrico de seus eleitores, em razão da necessidade identificada pela Juíza da 17ª Zona Eleitoral.

O eleitorado ultrapassa 88% da população, tornando-se necessária a revisão para que seja detectada a causa de tão próxima razão.

Com início em 9 de outubro, a revisão do eleitorado do município de Piúma foi concluída no dia 16 de novembro, registrando um comparecimento em torno de 80%, ou 12,9 mil eleitores, naquele período.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



MARATAÍZES

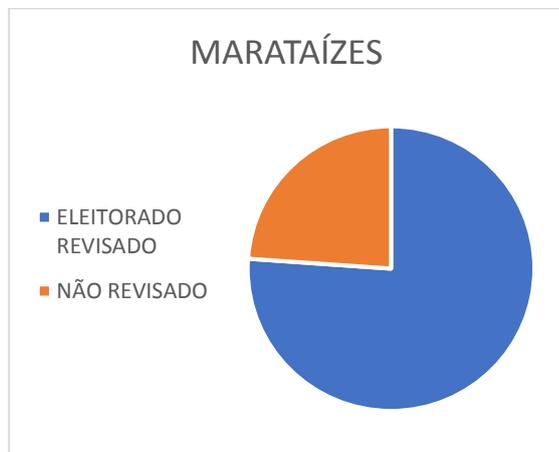


O município do litoral sul capixaba, que constitui sede da 43ª Zona Eleitoral, realizou a revisão de seu eleitorado, constituído por 28.800 eleitores, a partir de 16 de outubro, estendendo até 7 de dezembro o procedimento.

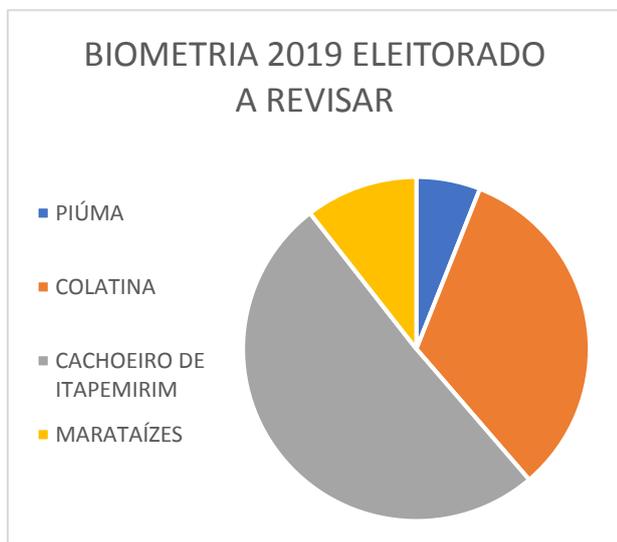
Até a conclusão deste Relatório, em 30/11, foram cadastrados cerca de 76% dos eleitores, ou 21,65 mil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



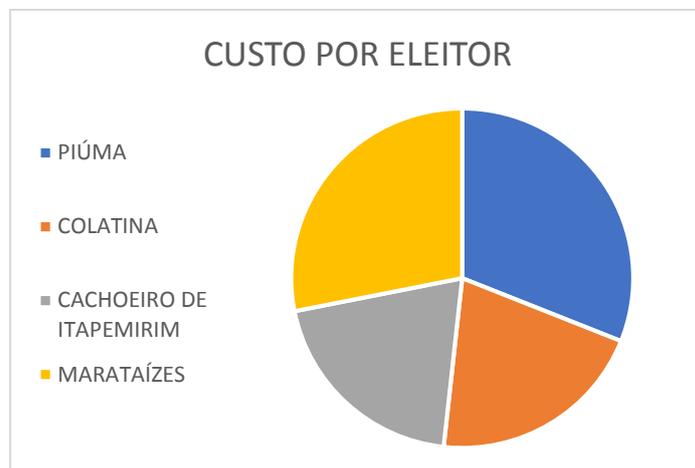
Para a consecução dos procedimentos de coleta de dados biográficos e biométricos nesses quatro municípios, em 2019, o TRE-ES obteve uma verba de R\$ 1.085.000,00 (um milhão e oitenta e cinco mil reais) junto ao Tribunal Superior Eleitoral, perfazendo um custo médio de R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos) por eleitor.



Os custos foram reduzidos, em razão da disponibilidade de imóveis, uma vez que em Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Marataízes, as revisões se deram nos próprios cartórios eleitorais, enquanto em Piúma, a Municipalidade arcou com as despesas de locação, cabendo ao TRE-ES a instalação de mobiliário, equipamentos e pessoal de atendimento, limpeza e vigilância.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



TRE-ES firmou convênio para instalação da sede da Assejees



A assinatura do convênio contou com a presença do presidente do TRE-ES, Desembargador Annibal de Rezende Lima; do Diretor Geral do Tribunal, Alvimar Dias Nascimento; e do presidente da Assejees, Carlos Magno Chagas de Oliveira.

A Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral do Espírito Santo ocupa uma sala no 7º andar do edifício anexo do Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Novos Membros da Corte no biênio

Oito novos Membros assumiram suas funções perante o TRE-ES, no biênio:



Em janeiro de 2018, tomou posse como Juíza Substituta, na classe dos Juristas, a Dra. Wilma Chequer Bou-Abib



Em junho de 2018, o Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama assumiu o cargo de Juiz Substituto, na classe dos Desembargadores



No mês de julho de 2018, o Doutor Josmar de Souza Pagotto tomou posse como Juiz Substituto, na classe dos Juristas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



Ainda em 2018, no mês de novembro, reassumiu como Juiz Titular, na classe dos Juristas, o Doutor Adriano Athayde Coutinho



Tomaram posse, na titularidade da classe dos Juízes Estaduais, os Juízes Heloísa Cariello e Ubiratan Almeida Azevedo, no mês de fevereiro de 2019



O procurador do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, tomou posse no mês de junho de 2019, como Juiz Titular, pela classe dos juristas.



Em julho de 2019, tomaram posse, os Juízes Federais Fernando César Baptista de Mattos, como membro titular, e o Rogerio Moreira Alves, como suplente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Palestra sobre saúde da mulher



O Grupo de Trabalho de Palestras do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) não poderia ter escolhido uma data melhor para iniciar o Ciclo 2018: Dia das Mães. Para conversar com os servidores sobre o tema "Saúde da Mulher", foi convidada a médica ginecologista, obstetra e sexóloga Lorena Baldotto, que, no dia 11 de maio de 2018, esteve no plenário do TRE repassando

conhecimento e tirando as dúvidas dos presentes.

TRE-ES e OAB-ES reinauguraram sala de apoio à advocacia



A nova instalação está localizada no 4º andar da sede do TRE-ES

Em abril de 2018, foi reinaugurada a Sala de Apoio à Advocacia, no TRE-ES. As novas instalações oferecem estações de trabalho computadorizadas e climatizadas, com equipamentos modernos e impressora, possibilitando, inclusive acesso direto aos processos eletrônicos.

O presidente do TRE-ES, Desembargador Annibal de Rezende Lima, reforçou a importância da reabertura da sala. "Estou feliz por reestabelecer este espaço para os advogados. Estamos em ano eleitoral e os prazos são exíguos para a maioria dos colegas. Este local será essencial para a realização do trabalho advocatício".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TRE-ES iniciou a digitalização do seu arquivo



A expectativa é digitalizar, ao final do projeto, um total de dois milhões de folhas.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos e para a preservação e manutenção da história da instituição, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) deu início, em abril de 2018, à digitalização dos seus documentos.

A iniciativa pauta-se, ainda, na necessidade de modernização e otimização da recuperação da informação contida nos documentos administrativos e processos judiciais do TRE-ES, facilitando seu acesso e agilizando sua consulta não só por parte dos servidores, mas também dos cidadãos que poderão obter, de forma prática e rápida, acesso aos dados de interesse, por meio do site do Tribunal.

Trata-se de uma ação estratégica de Tecnologia da Informação cuja implantação é capitaneada pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (COJUR), pertencente à Secretaria Judiciária do TRE-ES.

A primeira etapa do projeto, destinada à aquisição de software, higienização e digitalização de parte do acervo (portarias, atos, ordens de serviço, acórdãos, resoluções, editais, notas taquigráficas e atas de sessão) está em andamento e culminará com a digitalização de aproximadamente 320.000 folhas. A expectativa é digitalizar, ao final do projeto, um total de dois milhões de folhas. Dentre os documentos, será digitalizada a primeira fase da Justiça Eleitoral no estado (1932–1937), documentação que até 2017 estava sob a guarda do Arquivo Público Estadual e foi reintegrada ao acervo do Tribunal.

**A Evolução e o Funcionamento do Processo Eletrônico de Votação no Brasil
foi tema de palestra**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**A EVOLUÇÃO E O FUNCIONAMENTO
DO PROCESSO ELETRÔNICO DE
VOTAÇÃO NO BRASIL**

DANILO MARCHIORI



Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e professor do Mestrado em Gestão Pública da UFES e de diversos cursos de especialização na área de gestão. Graduado em administração, com especialização em planejamento estratégico e gerenciamento de projetos, é Mestre em administração de empresas pela FUCAPE e Doutorando em gestão pela Universidade da Beira Interior (Portugal).

O Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), Danilo Marchiori, foi o palestrante sobre "A Evolução e o Funcionamento do Processo Eletrônico de Votação no Brasil", na Fucape Business School, em maio de 2018.

No evento, o palestrante abordou sobre as origens do processo eletrônico de votação no Brasil, bem como sua organização, fluxo de informações, logística e segurança, com foco gerencial. Também destacará as principais contribuições, desafios e perspectivas relacionadas ao uso da tecnologia da informação nas eleições.

TRE-ES regulamenta acesso à informação para estimular contato com eleitores



**OUVIDORIA
TRE-ES**

A norma visa assegurar o cumprimento das determinações relativas ao acesso à informação, fortalecendo a atuação da Ouvidoria do Órgão e aproximando os eleitores

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) publicou no dia 10 de julho de 2018, no Diário da Justiça Eleitoral, a Resolução TRE/ES Nº 114/2018, que regulamenta o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Órgão. A norma visa assegurar o cumprimento das determinações relativas ao acesso à informação, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, fortalecendo a atuação da Ouvidoria do Órgão e aproximando os eleitores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

A Ouvidoria Regional Eleitoral orienta o público quanto ao acesso às informações, além de informar sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades (artigo 10 da Resolução) do TRE-ES. Para tanto, todos os pedidos de informações de eleitores ou servidores de outros Órgãos, que envolvam a atuação do TRE-ES, são cadastrados no Sistema da Ouvidoria, de modo a ter acompanhamento e propiciar uma resposta ao requerente, conforme determina o artigo 8º da referida Resolução:

O cadastramento do pedido pode ser feito pelo próprio requerente na [página da Ouvidoria na internet](#) ou pelo próprio servidor que recebeu o pedido no Sistema da Ouvidoria na Intranet.

APROVADA A RESOLUÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS



DIÁRIO DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO

DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO ESPÍRITO SANTO

Ano 2019, Número 098

Divulgação: segunda-feira, 27 de maio de 2019
Publicação: terça-feira, 28 de maio de 2019

Tribunal Regional Eleitoral
Desembargador Arnivaldo Rezende Lima
Presidente
Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa
Vice-Presidente e Corregedor
Alvimar Dias Nascimento
Diretor-Geral

No dia 20 de maio de 2019, o Pleno do TRE-ES aprovou a Resolução 146/2019 que instituiu a política de gestão de riscos, no ambiente organizacional.

Trata-se de mais um passo no sentido da consolidação do modelo gerencial, na Administração Pública, pois todas as atividades que convergem para o alcance da missão institucional envolvem riscos, que devem ser identificados e isolados, a fim de não haver comprometimento do resultado esperado.

ELEIÇÕES GERAIS 2018



O processo eleitoral, em 2018, foi marcado pela participação maciça da população pelas redes sociais.

Essa característica peculiar do pleito geral 2018 produziu uma significativa alteração na condução do processo, pela Justiça Eleitoral, haja vista o enorme volume de notícias falsas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

(*fake news*) que circularam pela mídia, em busca da obtenção de votos para um ou outro candidato.

Por ser a protagonista do processo, a Justiça Eleitoral sofreu os efeitos da utilização desregulamentada das redes sociais, sendo-lhe imputada a pecha de favorecimento a determinadas correntes ideológicas.

Entretanto, como sói ocorrer em todas as eleições, a votação e a totalização foram concluídas dentro da normalidade e imparcialidade, apesar de vários factoides criados durante todo o dia, tanto no primeiro turno, quanto no segundo turno.



Em seu primeiro ato na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 7 de fevereiro de 2018, o ministro Luiz Fux reuniu-se com os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para discutir os desafios e metas das eleições deste ano.

Os procedimentos adotados para a consecução das Eleições Gerais 2018 tiveram como marco inicial a reunião de todos os presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais promovida pelo Exmo. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Luiz Fux, em fevereiro de 2018.

GARANTIA DE DIREITOS



estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes.

Como forma de garantir o direito ao voto de presos provisórios e de adolescentes internados, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio de seu presidente, Desembargador Annibal de Rezende Lima, assinou, no dia 9 de fevereiro de 2018, um convênio de cooperação técnica e parceria para a criação de seções eleitorais especiais em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

O convênio teve como escopo a regularização do título eleitoral de 1.137 presos provisórios e adolescentes internados. A ação foi realizada nas 22 unidades prisionais do Estado e registrou um aumento na procura em relação ao ano de 2016, quando 962 detentos acertaram sua situação com a Justiça Eleitoral.

SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES

Visando ao estabelecimento de parceria para a perfeita segurança, por ocasião do pleito eleitoral, o Des. Annibal de Rezende Lima reuniu-se com o Alto Comando da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, no mês de fevereiro de 2018.



Na ocasião, o comandante-geral da PMES, coronel Nylton Rodrigues Ribeiro Filho, agradeceu a visita e destacou que a Polícia Militar sempre esteve à disposição do Tribunal Regional Eleitoral para garantir que as eleições aconteçam em todo o Estado na mais absoluta tranquilidade.

As Eleições Gerais 2018 contaram com o apoio de mais de 6 mil policiais, em todo o Estado do Espírito Santo, garantindo a segurança de todos os eleitores e candidatos, sem que tenham sido registradas ocorrências de relevância, no transcorrer dos dois turnos, apesar da polarização que marcou o pleito.

No dia 16 de maio de 2018, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), Desembargador Annibal de Rezende Lima, recebeu o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, coronel Nylton Rodrigues, em seu gabinete para tratar do planejamento para eleições de outubro.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



No início de setembro, para garantir a tranquilidade dos eleitores no exercício da cidadania, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) realizou mais uma reunião de alinhamento e

planejamento de segurança para as Eleições 2018. O encontro aconteceu no gabinete do presidente do TRE-ES, Desembargador Annibal de Rezende Lima, e contou com a presença de representantes das forças policiais do Estado.

No final do mês de setembro, no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, aconteceu uma palestra de alinhamento e divulgação das condutas vedadas a serem observadas pelas forças de segurança para o pleito de 2018. O objetivo desse encontro, de acordo com o presidente do TRE-ES, Desembargador Annibal de Rezende Lima, foi "repetir o exitoso trabalho integrado das Polícias Federal, Militar e Civil, realizado em eleições anteriores, e manter a mesma união de esforços para assegurar uma votação pacífica e sem intercorrências, garantindo que todos os capixabas pudessem exercer sua cidadania em plenitude".



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Desembargador Annibal de Rezende Lima, recebeu, na semana que antecedeu o pleito eleitoral, o superintendente da Polícia Federal, Jairo Souza da Silva, para uma reunião onde trataram de assuntos gerais das eleições, em seu gabinete.

A reunião, que contou com a participação do juiz auxiliar da Presidência do TRE-ES, Anselmo Laranja; do diretor geral do TRE-ES, Alvimar Dias Nascimento; e do delegado da Polícia Federal, Valdson José Rabelo, teve como pauta o alinhamento final do planejamento de segurança para as eleições 2018.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



O Colegiado do TRE-ES reuniu-se com o Secretário de Estado de Segurança Pública, Cel. PM Nylton Rodrigues, no início do mês de outubro, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), em Vitória, para demonstração das ações

utilizadas na segurança das eleições.

NUCOE



NUCOE
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) anunciou, no início do mês de agosto, a criação do Núcleo de Combate aos Crimes e à Corrupção Eleitoral (Nucoe) para as Eleições 2018.

O Núcleo, composto por juízes eleitorais auxiliares, procuradores regionais eleitorais auxiliares, policiais federais, militares e civis, teve por escopo a apuração imediata de denúncias de irregularidade no processo.

O Núcleo de Combate aos Crimes e à Corrupção Eleitoral obteve amplo sucesso, com o comprometimento das instituições e órgãos envolvidos no processo eleitoral, proporcionando o alcance da missão institucional: *Garantir a legitimidade do processo eleitoral*”.

Segundo o Desembargador Annibal de Rezende Lima, "a ação do NUCOE assegurou que o eleitorado capixaba pudesse manifestar livremente sua vontade, à margem de maquinações que eventualmente viessem a distorcer seu propósito". Destacou ainda que, "a participação de representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil, que atuaram em conjunto nas próprias dependências do Tribunal Regional Eleitoral, possibilitou uma atuação mais rápida e eficaz por parte da Justiça Eleitoral Capixaba durante as Eleições 2018", finalizou.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TREINAMENTO



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio da Secretaria Judiciária, realizou, em junho de 2018, um treinamento com representantes dos partidos políticos sobre as ferramentas para o registro de candidaturas para as Eleições 2018.

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Assistência à Saúde e Programas Sociais, realizou o treinamento de servidores cartorários para os trabalhos das Eleições 2018. As duas primeiras turmas, com 50 participantes de cartórios do Estado, foram capacitadas no mês de agosto, na sede do TRE-ES.



Participaram da capacitação servidores efetivos e requisitados, chefes de cartório e servidores novatos. O conteúdo do treinamento aborda a formação de multiplicadores de mesários; a utilização dos Sistemas TOT, Transportador, Planilha e Divulga; informações sobre a Resolução de Atos Preparatórios e Transporte de Urna e Materiais para Eleição.

PROCESSO ELEITORAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CANDIDATURAS



Os 797 processos de registro de candidatura foram julgados dentro do prazo estabelecido pelo Calendário Eleitoral (Res. TSE n. 23.255/2017).

Foram julgados, até o dia 17 de setembro de 2018, os registros de candidatura, de acordo com os cargos:

Governador e Vice-Governador	Senador e Suplentes	Deputado Federal	Deputado Estadual
12	33	163	589

PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CAMPANHA



Visando orientar os partidos políticos e candidatos a cargos públicos, por ocasião das Eleições 2018, a Coordenadoria de Controle Interno (COCIN) do TRE-ES lançou o Guia Rápido de Prestação de Contas para candidatos. O material apresentava, de forma prática e didática, informações necessárias para a correta prestação de contas para as Eleições 2018.

Na esteira da sustentabilidade, o Guia Rápido foi disponibilizado somente na versão eletrônica, na [página da Prestação de Contas](#), localizada dentro de "Eleições 2018", no site do TRE-ES.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



A Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) realizou reunião com profissionais de contabilidade, dirigentes partidários e demais interessados sobre arrecadação e gastos de recursos por partidos políticos e prestação de contas para as Eleições 2018.



O evento foi realizado no salão Pleno do TRE-ES, em período que antecedeu o início do prazo para as campanhas eleitorais, tendo sido repassadas orientações técnicas sobre o tema, como a instituição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), a alteração nos limites de gastos de campanha, a arrecadação de recursos via financiamento coletivo, dentre outros assuntos de interesse.

Exame das prestações de contas de campanha



Durante o período de 05 de novembro a 09 de dezembro/2018, a Comissão de Exame de Prestação de Contas – Eleições 2018 atuou na análise das prestações de contas dos candidatos concorrentes ao pleito de 2018, sob a orientação e supervisão da Coordenadoria de Controle Interno.

Nessa ocasião, foram realizadas diretamente pela Comissão de Exame de Prestação de Contas – Eleições 2018 todas as diligências necessárias ao saneamento de falhas detectadas no exame das contas, nos termos do art. 72, caput, da Resolução TSE nº 23.553/2017; como também foram executadas inúmeras circularizações a doadores e fornecedores de campanha a fim de confirmar as informações prestadas pelos candidatos em suas contas (art. 72, §2º, da Resolução TSE nº 23.553/2017).

PROPAGANDA ELEITORAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



Com a permissão legal para a divulgação da propaganda eleitoral, a partir de 16 de agosto, de acordo com o [Calendário das Eleições 2018](#), a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (COJUR) do TRE-ES desenvolveu uma Cartilha Eletrônica que esclareceu, de forma visual e didática, as questões mais frequentes sobre o tema, conforme dispõe a [Resolução 23.551](#) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O livreto de orientação, que ficou disponível no portal do TRE-ES (www.tre-es.jus.br), foi bastante elogiado pelos atores do processo eleitoral, como candidatos e advogados, pois tratou de maneira prática a legislação, permitindo uma melhor observância dos limites legais.



No mês de agosto de 2018, foi realizado o sorteio da ordem de veiculação da propaganda eleitoral, conduzido pelo Presidente, Des. Annibal de Rezende Lima.

A reunião contou com a participação de representantes dos partidos políticos, coligações e emissoras de rádio e TV, interessados no sorteio da ordem de veiculação dos programas eleitorais transmitidos em Rádio e Televisão, além da definição das emissoras que seriam cabeças de rede na veiculação da propaganda eleitoral gratuita e os planos de mídia das Eleições Gerais de 2018.



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, em parceria com o Ministério Público do Espírito Santo, promoveu a Campanha Cidade Limpa, que tem como objetivo evitar o excesso de material de propaganda eleitoral nas vias públicas, principalmente no dia das eleições.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Além de contribuir com uma eleição mais limpa, o TRE-ES também desempenha um papel social, ao encaminhar todo o material recolhido às associações de reciclagem de papel.

O material entregue por candidatos e representantes dos partidos e coligações em todos os cartórios eleitorais de todo o Estado e na sede do TRE-ES somou mais de 400Kg, tendo sido endereçado a entidades de catadores para reciclagem.

AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES



Reunião de avaliação do pleito, realizada em novembro de 2018, contou com a participação de representantes de todos os Cartórios Eleitorais do Espírito Santo e das Unidades da Secretaria do Tribunal.

O encontro, que consta do calendário eleitoral do TRE-ES, promove a discussão de temas relacionados à operacionalização do processo eleitoral, além das boas práticas compartilhadas pelos participantes.

A dinâmica da RAP 2018 seguiu as anteriores, com a discussão dos temas em grupos definidos a partir da escolha feita pelos participantes no ato de inscrição e, após a atividade dos grupos temáticos, o debate é levado à reunião ampliada, com a presença de todos os grupos.

Foi a terceira RAP e, segundo a Assessoria de Planejamento Estratégico, “os resultados têm sido extremamente positivos, uma vez que as melhorias propostas na RAP de um pleito são implementadas para as eleições seguintes, aperfeiçoando o processo eleitoral e mantendo a Justiça Eleitoral do Espírito Santo na vanguarda desse segmento do Poder Judiciário”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

DIPLOMAÇÃO



Concluindo o processo eleitoral 2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) realizou, em dezembro, a solenidade de diplomação dos candidatos eleitos e suplentes.

Foram diplomados, na cerimônia que ocorreu em 19.12.2018, o governador eleito do Estado, Renato Casagrande, da vice-governadora, Jacqueline Moraes, dos dois senadores e seus suplentes, dos deputados federais e estaduais eleitos e os primeiros suplentes de cada coligação. A diplomação fechou o ciclo da gestão do processo eleitoral, iniciada com o cadastramento dos eleitores.

Ao todo, 65 candidatos eleitos e suplentes receberam os diplomas, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 215 da Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral).

INFORMAÇÃO



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) foi convidado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) para palestrar sobre "Processo Eletrônico de Votação no Brasil e a Segurança da Urna Eletrônica". O evento aconteceu no mês de junho de 2018, naquela Casa de Leis.

Em sua apresentação, o Secretário de Tecnologia da Informação, Danilo Marchiori, abordou as origens do processo eletrônico de votação no Brasil, bem como sua organização, fluxo de informações, logística e segurança, com foco gerencial. Também destacou as principais contribuições, desafios e perspectivas relacionadas ao uso da tecnologia da informação nas eleições.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



Uma mensagem falsa de WhatsApp, viralizada às vésperas das eleições, “informava” que o voto seria anulado caso apenas um cargo fosse escolhido pelo eleitor.

A Justiça Eleitoral, então, alertou aos eleitores para que votassem em todos os cargos, ainda que anulassem ou votassem em branco. O eleitor poderia votar em um candidato, em branco ou nulo para o cargo que quisesse, não havendo nenhuma restrição para isso.

Porém, caso ocorresse alguma eventualidade (a pessoa passar mal, por exemplo) e o eleitor tivesse votado apenas no primeiro cargo (deputado federal), o voto que ele tivesse registrado seria contabilizado normalmente e os demais que ele não registrasse seriam considerados nulos.

Ao teclar o “confirma”, se efetiva o registro de cada escolha feita pelo eleitor, seja para voto válido, nulo ou branco.

Disque Eleições



Principais pedidos de Informação atendidos pelo Disque Eleições:

- Endereço do local de votação - 5.411 chamados
- Situação do Título de Eleitor - 390 chamados
- Confirmação do número do Título - 346 chamados
- Como fazer a justificativa eleitoral - 273 chamados
- Voto em trânsito - 63 chamados

O serviço Disque Eleições, disponibilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), atendeu 7001 chamados durante a véspera e o dia das eleições 2018, no primeiro e segundo turnos. Informações sobre o endereço do local de votação; consulta sobre a situação do título de eleitor; e a explicação de como fazer a justificativa eleitoral foram os temas mais demandados para os servidores da central.

PERFIL DO ELEITOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



O Espírito Santo registrou, para as Eleições 2018, 2.754.728 eleitores, um aumento de 101.192 pessoas em comparação com o quantitativo presente em 2014. As informações são oriundas do Cadastro Eleitoral, administrado pelo TSE.

As mulheres formaram a maioria do eleitorado, no Espírito Santo, com 52,3% (1.439.399 eleitores), e os homens representam 47,7% dos votantes (1.314.209 pessoas). Os solteiros são o maior contingente do eleitorado do Estado, representando 55% (1.515.404 pessoas), frente a 37,7% de casados (1.039.076 pessoas).

A faixa de idade com maior número de eleitores é a que compreende 35 a 39 anos, com 11,36% dos votantes (312.911 pessoas); seguida por 30 a 34 anos (11,13%/306.542 pessoas); 25 a 29 anos (10,26%/282.602 pessoas); e 40 a 44 anos (9,89%/272.398 pessoas). Os jovens de 16 e 17 anos, cujo voto é opcional, representam 0,68% do eleitorado (18.607 pessoas).

O grau de instrução do eleitor capixaba se apresenta da seguinte forma: 27,76% tem ensino fundamental incompleto; 22,59% tem ensino fundamental completo; 17,54% conta com ensino fundamental incompleto; e 8,93% afirma ter superior completo. Analfabetos e aqueles que somente leem e escrevem representam 11,53%. Essas estatísticas, no entanto, precisam ser vistas com relatividade, uma vez que a informação reflete a escolaridade declarada pelo cidadão no momento do registro eleitoral ou da atualização de seus dados cadastrais.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES



Foram realizadas duas Novas Eleições, em atendimento ao disposto pelo art. 224 da Lei n. 4.737/65 (Código Eleitoral), no ano 2019.

No dia 5 de maio de 2019, os eleitores do município de Irupi, localizado na Serra do Caparaó, voltaram às urnas para a escolha de seu novo Prefeito, uma vez que o candidato eleito em 2016 teve seu diploma cassado por captação ilícita de sufrágio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

A decisão do TRE-ES foi mantida pelo TSE.

Outro eleitorado retornou às urnas para, da mesma forma, escolher novo titular da Municipalidade. Desta vez, foi o Município de Castelo, em 27 de outubro de 2019.

Localizado no sul do Estado do Espírito Santo, o município de Castelo vivenciou novo processo eleitoral em razão da cassação do Prefeito eleito nas eleições municipais de 2016.

ELEIÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) forneceu as urnas eletrônicas utilizadas na escolha dos próximos conselheiros tutelares de todo o Estado. A votação, que aconteceu no dia 6 de outubro (domingo), foi facultativa para os eleitores.

Ao todo, foram disponibilizadas 739 urnas, para 606 seções, em 54 municípios. Em 24 cidades, o pleito ocorreu em urnas de lona.

As urnas eletrônicas foram encaminhadas para os cartórios eleitorais, que organizaram as seções eleitorais. Coube ao Tribunal disponibilizar a listagem de candidatos e fazer a apuração final, por meio de impressão do boletim de urna ou totalização dos votos nos cartórios eleitorais.

Nos municípios onde a urna de lona foi a opção escolhida para voto, a apuração ficou sob a responsabilidade do Ministério Público Estadual e do Conselho Tutelar Municipal.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

No final do mês de outubro, a Argentina vivenciou suas eleições gerais. Para acompanhar todo o processo democrático e conferir a legitimidade do processo eleitoral, vários observadores internacionais acompanharam os momentos finais da campanha e o dia de votação. Entre os visitantes, uma jurista com grande experiência no tema: **Dra. Wilma Chequer Bou-Habib**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



Dra. Wilma é Juíza Substituta no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), pela classe dos juristas, já em sua segunda recondução (2015-2017 / 2018-2020). Foi Vice-Presidente Regional do Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral Brasileira (COPEJE). Por conta de sua atuação destacada, foi escolhida pela Conferência Americana de Organismos Electorales Subnacionales por la Transparencia Electoral (CAOESTE) como uma das observadoras brasileiras.

Além da procura por juristas com experiência eleitoral, a CAOESTE priorizou a escolha de mulheres para ocuparem o posto. Dra Wilma destaca que esta foi a forma de a entidade contribuir para o reconhecimento da condição de igualdade de gênero e uma maior participação da mulher e diferentes minorias e passar uma mensagem para todos os países.

Para Dra. Wilma, ser observadora internacional “possibilitou a aquisição de conhecimento, compartilhamento de experiências das práticas eleitorais, forma de votação, impacto da tecnologia no processo eleitoral; impacto dos valores sociais de inclusão da mulher (maioria do eleitorado e minoria na representação) e de outras minorias”.

Dra. Wilma Chequer Bou-Habib foi a única capixaba na delegação que representou o Brasil como observadores internacionais entre os dias 24 e 28 de outubro. Como parte da programação, o grupo foi recebido pelas autoridades eleitorais do país vizinho, participou de reuniões com os partidos políticos com candidatos às eleições gerais, visitou o Congresso argentino e passou por uma intensiva capacitação para conhecer como funciona o sistema eleitoral implantado na Argentina.

TRE-ES recebeu o selo Prata do Conselho Nacional de Justiça



O Selo foi recebido pelo vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa; acompanhado do juiz auxiliar da vice-presidência e corregedoria do TRE-ES, dr. Gustavo Reggiani; e do assessor de planejamento estratégico do TRE-ES, Lander Fontes de Paula.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

A Justiça Eleitoral do Espírito Santo recebeu o Selo da Justiça em Números, na categoria Prata, oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A honraria foi entregue durante a programação da 12ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, que aconteceu em dezembro de 2018, em Foz do Iguaçu, no Paraná. O reconhecimento é dado aos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

O Selo

O Selo Justiça em Números foi criado em 2013 e possui as categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. Entre as exigências para o recebimento da premiação está a realização de atividades que contribuam para uma gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas do CNJ, implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ 201, implantação e funcionamento de núcleo de estatística nos tribunais, entre outros.

TRE-ES figura entre os três melhores Tribunais Eleitorais no ranking de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, em 2019



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) conquistou o 3º lugar entre os 27 Tribunais Eleitorais de todo o país no Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

A estratégia instituída pelo CNJ para o período de 2015/2020 determina a realização de diagnóstico anual para aferição do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento e, conseqüentemente, da evolução dos índices iGovTIC-JUD. Para a obtenção do índice, são aplicados questionários com cerca de 300 itens, respondidos pela área de tecnologia dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro.

Listado como tribunal de pequeno porte pela metodologia do CNJ, o TRE-ES destacou-se diante dos demais tribunais de médio e grande porte e alcançou o nível aprimorado de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), conforme disposto na Lei nº 11.419/2006, na Resolução TSE nº 23.417/2014 e na Resolução TRE-ES nº [139/2017](#) tornou obrigatória, a partir de 1º de março de 2018, a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a propositura e a tramitação das ações originárias do Tribunal.

A disposição também abrange contestações, respostas às intimações, apresentação de documentos e recursos interpostos contra decisões tomadas em processos eletrônicos. Além de sustentável (reduzindo a quantidade de papel e tinta utilizados), o PJe possibilita maior agilidade na tramitação processual e facilidade de acesso para advogados, Tribunal e partes.



A partir de agosto de 2019, passou a ser obrigatória a utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a propositura e tramitação das ações de competência das zonas eleitorais localizadas nas capitais dos estados. A data foi estipulada pela Portaria TSE nº 344/2019, assinada pela presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber.

As duas zonas eleitorais de Vitória (1º e 52ª) já estão utilizando o PJe. O acesso é realizado pelo [site do TRE-ES](#).

De acordo com a norma, a implantação do PJe na primeira instância da Justiça Eleitoral ocorrerá por etapas, nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro deste ano, sempre na segunda quinzena de cada mês. A distribuição segue como critério a capacidade de conectividade com a internet em mais de 2,5 mil zonas eleitorais distribuídas por todo o país.

Para adequar o sistema às particularidades de cada localidade, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal desenvolveu uma versão mais leve do PJe, como explica o juiz auxiliar da Presidência Ricardo Fioreze. “Dentro da ideia de que nem todas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

[as zonas eleitorais] dispõem de uma boa capacidade de banda de internet, também apoiado numa lógica de arquitetura nova de TI, se desenvolveu uma versão considerando essas circunstâncias. Cada ato que precisa ser praticado pelo usuário, tanto o interno quanto o externo, tende a demandar menos do sistema”, esclarece.

Além de agilizar o trâmite processual, o PJe contribui para que a prestação jurisdicional seja mais eficiente, econômica e sustentável. Ele também possibilita um acesso mais amplo e democrático aos cidadãos em geral, incluindo dois importantes atores envolvidos no processo eleitoral: os candidatos e os advogados que os representam. “Nessa parte, o ganho, a meu ver, exponencial é o acesso imediato ao sistema judiciário eleitoral”, observa o magistrado.

Etapas

O PJe vem sendo implantado na Justiça Eleitoral desde 2015, quando começou a ser utilizado inicialmente para a tramitação de algumas classes processuais originárias do TSE. Aos poucos, mais classes foram sendo incluídas à medida que o sistema foi sendo cada vez mais utilizado também pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A última etapa do processo de implantação do PJe abrangeu todas as zonas eleitorais.

AÇÕES NA ÁREA DE PESSOAL

Instituição da Carteira de Identidade Funcional para os servidores do TRE-ES



Por meio do Ato nº 287/2018, foi instituída a Carteira de Identidade Funcional para os servidores do TRE-ES, nos termos da Portaria Conjunta STF 01/2013 e da Lei nº 12.774/2012, documento com fé pública em todo o território nacional.

Nova regulamentação relativa a Oficiais de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



A Resolução TRE/ES nº 251/2018 estabeleceu regras relativas à designação de Oficiais de Justiça para cumprimento de mandados no âmbito das Zonas Eleitorais e respectivos reembolsos de despesas, em consonância com a Resolução TSE nº 23.527/2017, revogando o normativo anterior - Resolução TRE/ES nº 185/2013.

A nova resolução permite que sejam designados como Oficiais de Justiça, na seguinte ordem de prioridade: I - Oficiais de Justiça do quadro de pessoal do Judiciário Estadual, Federal ou Trabalhista; II – Servidores do quadro da Justiça Eleitoral, com preferência do Analista Judiciário sobre o Técnico Judiciário; III – Servidores legalmente requisitados pela Zona Eleitoral e IV – Servidores públicos indicados pelo Juiz Eleitoral. As designações previstas nos incisos II, III e IV somente ocorrerão em caráter eventual e esporádico e configuram “múnus público”, não gerando contraprestação remuneratória, cabendo ao Poder Público disponibilizar veículo e/ou combustível para cumprimento dos mandados ou, na impossibilidade, indenizar as despesas com transporte no limite de 80% do valor do mandado cumprido.

Nova redação do art. 4º, § 2º, da Resolução TRE/ES nº 127/2017, que regulamenta a alternância da jurisdição eleitoral nas Zonas Eleitorais - Resolução TRE/ES nº 237/2019



A Resolução TRE/ES nº 237/2019, publicada em 02.08.2019, conferiu nova redação ao art. 4º, § 2º, da Resolução TRE/ES nº 127/2019, que estabelece regras para a alternância das funções de Juiz Eleitoral de 1º grau.

O art. 4º § 2º da Resolução TRE/ES nº 127/2019 já previa que: havendo todos os magistrados, inscritos para o processo de rodízio, exercido a titularidade da jurisdição eleitoral, cabe a designação daquele que esteja há mais tempo afastado da jurisdição eleitoral para exercer as funções eleitorais. Se houvesse “empate” no critério “estar há mais tempo afastado da jurisdição eleitoral”, não havia critério de desempate expresso. Com a nova redação dada pela Resolução TRE/ES nº 237/2019, o art. 4º § 2º passou a estabelecer critérios expressos para o caso de “empate” no item “estar há mais tempo afastado da jurisdição eleitoral”. Ocorrendo essa situação, adotar-se-ão como critérios de desempate: a antiguidade na Comarca ou Comarcas integrantes da ZE e, persistindo o empate, a antiguidade na carreira da magistratura.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Concessão de aposentadorias

No biênio 2018/2019, 19 (dezenove) servidores preencheram os requisitos necessários para a obtenção de aposentadoria.

Destes, 6 (seis) requereram sua aposentadoria em 2018 e 2019, com 3 (três) concessões, até o momento.



No biênio 2018-2019, houve a concessão de 03 (três) aposentadorias: Giovana Bissoli Roris Guerini, Analista Judiciário Área Judiciária, e 02 (dois) Técnicos Judiciários, sem Especialidade: Luciana Silveira da Silva e Vera Lúcia Helena Daros.

Prêmio FUNPRESP



O TRE-ES foi classificado em segundo lugar do Grupo I da campanha de adesão da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) 2019, e recebeu o prêmio no Encontro Regional Sudeste, realizado em Vitória nos dias 20 e 21/08/2019.

Política de capacitação e treinamento de pessoal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



As demandas para capacitação foram baseadas prioritariamente no Plano de Capacitação, previsto para o exercício 2019-2020, elaborado com base no resultado da revisão de Competências realizado por este Tribunal, constituindo um instrumento para o

desenvolvimento das competências individuais dentro das unidades do TRE/ES, considerando a realização de eventos de capacitação na modalidade aberto, fechado, EaD, congressos, seminários, fóruns, simpósios, entre outros.

1.1 - Número de servidores, distintos, capacitados em cursos abertos, fechados e interno (Capacitação):

2018: 91 servidores

2019: (até outubro): 161 servidores

1.2 - Número de servidores capacitados independentemente da quantidade de treinamentos que tenha participado

2018: 109 servidores

2019: (até outubro): 177 servidores

1.3 - Número total de cursos oferecidos:

2018: 39 cursos

2019: (até outubro): 26 cursos

1.4 - Concessões de Licença para Capacitação:

2018: 1

2019: (até outubro): 4

1.5 - Concessões de Auxílio Bolsa de Estudos:

2018: 2

2019: 2

1.6 - Concessão de Adicional de Qualificação – Graduação:

2018: 1 concessão

2019: (até outubro): 2 concessões

1.7 - Concessão de Adicional de Qualificação – Pós-graduação:

2018: 3 atos de concessão

2019: (até outubro): 3 atos de concessão

1.8 - Concessão de Adicional de Qualificação – Ações de treinamento:

2018: 201 atos de concessão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

2019: (até outubro): 127 atos de concessão

2 - Processo Eleitoral

2.1 - Número de servidores, de cartório e secretaria que participaram de treinamentos referentes ao processo eleitoral:

2018 - 219 servidores

2019 (até outubro) – 2 servidores

2.2 - Número de servidores, de cartório e secretaria, membros e juízes que participaram de eventos referentes ao processo eleitoral:

2018 - 109 servidores, membros ou juízes eleitorais

2019 (até outubro) – 0

3 - Eventos da Justiça Eleitoral

3.1 - Número total de eventos com participação do TRE/ES:

2018: 58 eventos

2019: (até outubro): 70 eventos

3.2 - Número de servidores, de cartório e secretaria, membros e juízes que participaram de eventos:

2018: 70 servidores, membros ou juízes eleitorais

2019: (até outubro) – 169 servidores, membros ou juízes eleitorais

DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Com a absoluta impossibilidade orçamentária de novos provimentos, torna-se urgente a adoção de métodos que permitam a otimização de recursos de qualquer natureza.

O mais valioso recurso da Administração Pública, seu quadro funcional, enquadrou-se na categoria não renovável, temporariamente.



Dimensionamento
da Força de Trabalho

O TRE-ES alinhou-se ao Ministério do Planejamento, nessa tarefa de buscar alternativas à manutenção da excelência do serviço prestado sem a reposição dos seus quadros, incentivando o próprio TSE a alavancar, junto a toda a Justiça Eleitoral, o Dimensionamento da Força de Trabalho.

Trata-se de um levantamento da real necessidade de alocação de recursos humanos, de acordo com a estrutura organizacional medida em entregas.

Agora capitaneado pela TSE, foi firmado um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a UnB, que possui *expertise* na matéria.

Atualmente, um grupo gerenciado pela Secretaria de Gestão de Pessoas vem realizando o trabalho de levantamento das entregas de cada unidade que compõe este Tribunal, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

forma a propiciar à Administração critérios técnicos de mensuração de mão de obra para cada setor, de acordo com a complexidade de seus processos.

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJE/ES



A partir de 2018, as atividades da EJE-ES e STC passaram a ser realizadas em mútua colaboração, de modo que a EJE auxiliou diversas atividades da STC discriminadas acima, razão pela qual se entendeu ser conveniente a elaboração do Relatório de Gestão da presente forma.

Para além disso, algumas atividades foram desempenhadas exclusivamente pela EJE-ES, as quais passa-se a descrever:



Conscientizar sobre a importância do voto e combater às Fake News foram as lições apresentadas para uma turma de jovens alunos do colégio Marista de Terra Vermelha, Vila Velha, em mais uma ação promovida pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), dentro do projeto #VemPraUrna.

O encontro aconteceu no dia 19 de março de 2018 e contou com a presença de aproximadamente 100 estudantes, de 15 a 17 anos.

Com o tema "O Papel dos Jovens Eleitores na Cidadania", o chefe de Cartório da 33ª Zona Eleitoral (Ecoporanga), Fabrício Pimentel Riva, e o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-ES, Danilo Marchiori, falaram sobre a importância do voto nas próximas eleições, principalmente dos jovens; explicaram os danos promovidos pelas Fake News e porque elas devem ser combatidas; e apresentaram a urna eletrônica e disseram porque a tecnologia empregada pelo TSE é uma das mais modernas do mundo. Os jovens acompanharam toda a apresentação com interesse e ainda fizeram perguntas ao final, quando puderam simular o primeiro voto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



O auditório do Centro Universitário da Católica de Vitória foi palco, no mês de maio de 2018, da mesa-redonda "Eleições: Mitos, Verdades e Financiamento",

O evento contou com os palestrantes Aldary Nunes Junior, Juiz titular do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES); diretor da Escola Judiciária Eleitoral Des. Antônio José Miguel Feu Rosa; e presidente do CODEJE; e Ludgero Liberato, advogado com atuação nas áreas criminal e eleitoral, que debateram com os presentes as novidades anunciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, com destaque para o financiamento público de campanha, e sobre o panorama nacional para as eleições de Outubro.



Cinquenta estudantes que fazem parte do programa ProJovem Adolescente, em Vitória, tiveram uma aula diferente no dia 19 de junho de 2018.

Em mais uma ação promovida pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), dentro do projeto #VemPraUrna, os adolescentes, com idades entre 15 e 17 anos, receberam orientações sobre a importância do voto, sobre como combater às Fake News e tiraram dúvidas sobre o processo eleitoral.

O encontro aconteceu em dois momentos, no auditório do Pleno do TRE-ES, na Enseada do Suá, Vitória. Pela manhã, 15 alunos, e a tarde, 35 estudantes, receberam as orientações do professor universitário e servidor do TRE-ES, Alfredo Andrade dos Santos Junior, palestrante escolhido pela Escola Judiciária Eleitoral.

Projeto #VemPraUrna



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Visando promover a conscientização da importância do alistamento e do voto para os prospectivos eleitores, na faixa etária de 15 a 17 anos, ampliando o universo do eleitorado consciente capixaba, o TRE-ES lançou o projeto #vempraurna.

Com uma linguagem jovem e atual, bem de acordo com a que é utilizada nas redes sociais – que se mostram como um excelente disseminador de ideias – o projeto #vempraurna promoverá palestras de cunho conscientizador, nas escolas, tendo como público-alvo estudantes do ensino médio, com idade entre 16 e 17 anos, incentivando o seu alistamento no cadastro eleitoral e, posteriormente, sua participação efetiva na vida política, por meio do voto.

ProJovem Adolescente

O ProJovem Adolescente faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e é uma reformulação do Agente Jovem, programa que já existe no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Prefeitura de Vitória, o Projovem é um serviço socioeducativo que integra a rede de Proteção Social Básica do Suas em Vitória.

O programa é voltado para jovens com idade entre 15 e 17 anos e beneficiários do Programa Bolsa Família. O objetivo é complementar a proteção social às famílias, criando meios de garantir a convivência familiar e comunitária e condições de inserções e permanência dos jovens no sistema educacional.

Os jovens são organizados em grupos de 25 integrantes, denominados de coletivos, sob a responsabilidade de um orientador social.



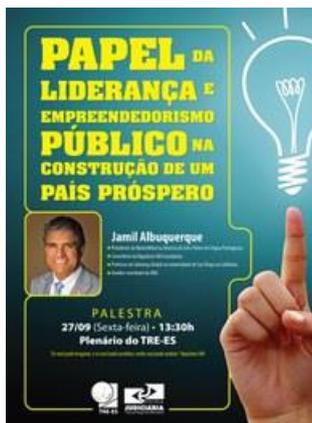
A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) promoveu, no dia 25 de setembro de 2018, uma palestra com o tema “Cidadania e o papel do Jovem Eleitor”. O evento aconteceu no Salão Nobre do Tribunal e contou com a apresentação do secretário da Tecnologia da Informação do TRE-ES, Danilo Marchiori.

Estiveram presentes servidores dos Centros de Referências da Assistência Social de toda a Grande Vitória (CRAs); pais; e jovens que votarão pela primeira vez na eleição de outubro. A palestra teve o intuito de informar e ensinar aos presentes como usar a urna eletrônica, o que pode e o que não se deve fazer no dia da eleição; e esclarecimento de informações inverídicas sobre o processo de votação no Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Ao final do encontro, os jovens foram chamados para usar a urna, testando e simulando uma votação.



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio da Escola Judiciária Eleitoral "Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa", promoveu, de forma aberta ao público, a palestra "Papel da Liderança e Empreendedorismo Público na Construção de um País Próspero" no dia 26/9/2019, no Plenário do Tribunal.

O palestrante convidado, Jamil Albuquerque, é presidente da MasterMind na América do Sul e Países de Língua Estrangeira. É administrador de empresas, economista, metodologista, especialista em marketing, arquitetura e gerenciamento de cidades. Tem formação em Teologia e filosofia com ênfase em religiões. Também é escritor, conferencista, palestrante, terapeuta comportamental e instrutor da metodologia *Master Mind*.

Jamil Albuquerque dissemina os ensinamentos de Napoleon Hill, através da licença exclusiva da The Napoleon Hill Foundation/EUA, que desenvolve e aplica treinamentos de alta performance empresarial e de desenvolvimento pessoal no Brasil e nos países da língua portuguesa.



A Escola Judiciária Eleitoral "Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa" participou do V Seminário em Comemoração ao Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped), que aconteceu no dia 25 de setembro de 2019.

"Tecnologias Inclusivas" foi o tema do seminário e um dos palestrantes foi Danilo Marchiori, Secretário de Tecnologia da Informação do TRE-ES, que abordou "A Participação das Pessoas com Deficiência nas Eleições".

O V Seminário em Comemoração ao Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência aconteceu no auditório da Casa do Cidadão, em Itararé, Vitória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), com apoio do Centro de Valorização da Vida (CVV), promoveu, no dia 20 de setembro de 2019, uma palestra em apoio ao Setembro Amarelo, mês de conscientização para a prevenção do suicídio.

O evento foi uma iniciativa da Escola Judiciária Eleitoral "Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa" e aconteceu no Plenário do Tribunal.

A iniciativa do TRE-ES teve por objetivo informar ao quadro de servidores e seus familiares como identificar as causas que podem levar ao suicídio, como buscar auxílio para quem precisa e, principalmente, destacar que a depressão se tornou um problema de saúde pública, com vítimas de todas as idades.

É preciso empatia para tratar de um tema tão grave e tão negligenciado. O Centro de Valorização da Vida (CVV) é a entidade referenciada no Estado sobre atendimento e acolhimento das vítimas e foi convidada pela Escola Judiciária Eleitoral para realizar a palestra no TRE-ES. Para os voluntários do CVV, "estudo e a discussão do tema suicídio é uma das formas mais eficientes de se promover a prevenção, pois esta só é possível quando a população, os profissionais da saúde, os jornalistas e governantes têm informações suficientes para conduzir as medidas adequadas e ao seu alcance nessa frente".



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio da Escola Judiciária Eleitoral "Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa", promoveu, no dia 4 de novembro de 2019, o Fórum de Debates "A Participação Política das Pessoas com Deficiência".

O evento contou com a parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped) de Vitória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

O objetivo consistiu em reforçar a importância do voto das pessoas com deficiência e apresentar quais são seus direitos políticos. Foram convidados para falar sobre o tema, os palestrantes Joelson Dias, João Estevão Silveira e a mediação ficou por conta da Juíza Substituta no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), pela classe dos juristas, Wilma Chequer Bou-Habib.

Joelson Dias é advogado e Mestre em Direito pela Universidade de Harvard. Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

João Estevão Silveira Filho é pessoa com deficiência visual, advogado, pós-graduado em Direito e em Gestão do Terceiro Setor, professor em instituições de ensino desde 2005, instrutor, coordenador da Comissão de Acessibilidade e assessor especial da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, coordenador do Grupo Retina Espírito Santo e conferencista em eventos por todo o país.

Este foi o segundo evento promovido pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) voltado para o público com deficiência. Em setembro, com a parceria da Católica de Vitória Centro Universitário e da Prefeitura de Vitória, um projeto de extensão acadêmica foi desenvolvido no Centro de Referência especializado para a Pessoa com Deficiência. As acadêmicas Salisia Menezes e Geovanna Rodrigues também apresentarão o projeto no evento desta sexta-feira.

O diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), Juiz Adriano Athayde Coutinho, e anfitrião do Fórum de Debates, reforça a importância de uma agenda continuada sobre o tema: "Muitas pessoas com deficiência não conhecem seus direitos políticos. Por meio de eventos como os que o TRE-ES tem promovido, estamos levando informação e conscientização para este público", destacou.



Os participantes do debate "**Desinformação em Eleições**", promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Espírito Santo, no dia 31 de outubro, no plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) puderam ouvir dos palestrantes convidados uma análise do efeito da Desinformação nas Eleições 2018 e como esse movimento pode ser combatido e mitigado para a votação de 2020.

O evento contou com o codiretor do IT&E, Ariel Kogan, e a diretora de conteúdo da Agência Lupa, Natália Leal, que fizeram uma capacitação de checagem de conteúdo para jornalistas capixabas e servidores do TRE-ES.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO



Com participação de dirigentes de todo o Brasil, Vitória consitiuiu a sede do XIV Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE), num evento que teve como objetivo analisar os principais desafios a serem enfrentados nas eleições 2020 e traçar um planejamento para melhorar a atuação

das Escolas Eleitorais em todo território nacional.

Os debates aconteceram nos dias 21 e 22 de novembro, com solenidade de abertura no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

O Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais - CODEJE foi criado em julho de 2013, em Recife, Pernambuco. Dentre seus objetivos estão: a integração e o aperfeiçoamento das Escolas, o intercâmbio entre as EJE, com a permanente troca de experiências funcionais e administrativas, o desenvolvimento de ações com a finalidade de incentivar o interesse pelo estudo, pesquisa e produção científica no âmbito de sua competência, a fixação de critérios e a uniformização da atuação das Escolas Judiciárias, respeitando a autonomia e peculiaridades de cada região. Também é função do Colégio representar as Escolas Judiciárias perante o Tribunal Superior Eleitoral.

**PARTICIPAÇÃO FEMININA
NA POLÍTICA BRASILEIRA:
ANÁLISE E CRÍTICA**

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) promoveu, no mês de julho, a palestra "Participação Feminina na Política Brasileira: análise e crítica".

O evento, que foi aberto ao público, é fruto da pesquisa realizada pela servidora Daniela Travaglia de Oliveira Pimentel na University of Essex (Inglaterra), onde analisou as origens da baixa participação feminina na vida política, com especial foco para o caso brasileiro e sua lei de cotas.

A pesquisadora explicou como o desenvolvimento da história do Ocidente se relaciona com a exclusão da mulher da vida pública e como tal entendimento consiste em um passo necessário na busca da igualdade de gênero.

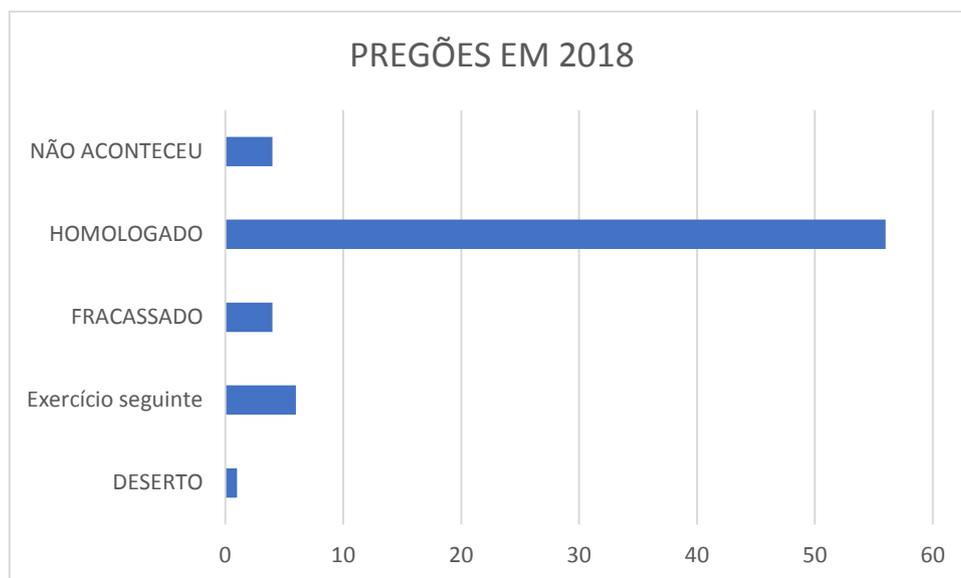
Segundo Daniela, a palestra "teve como objetivo trazer uma reflexão para o público sobre os motivos da baixa feminina na vida pública, trazendo à tona o entendimento de como o contexto social e histórico moldaram a forma como as mulheres são vistas pela sociedade."

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA



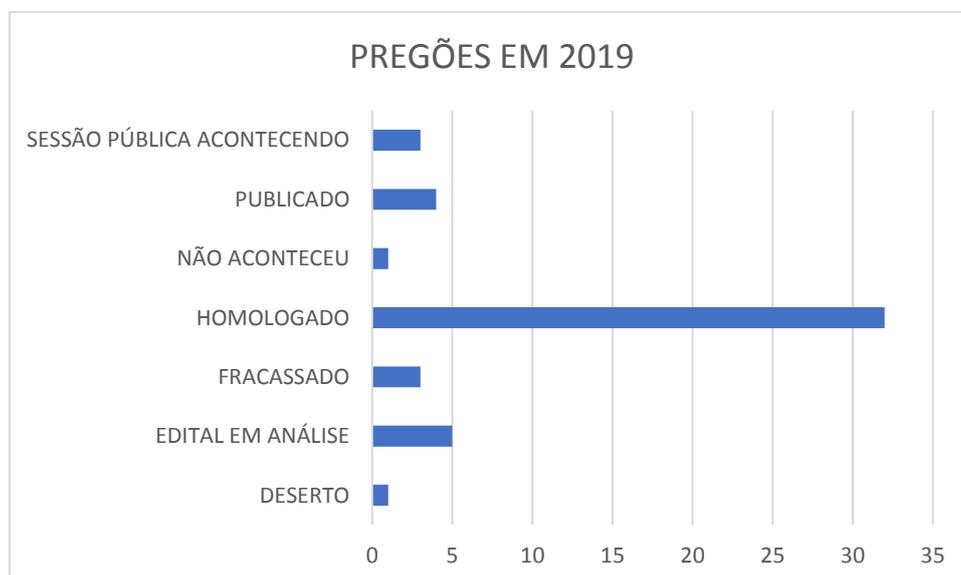
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

LICITAÇÕES



De 71 Pregões Eletrônicos iniciados, em 2018, 56, ou 79% resultaram exitosos, sendo homologados. As aquisições e contratações de serviços e bens comuns sempre são realizadas na modalidade Pregão Eletrônico.

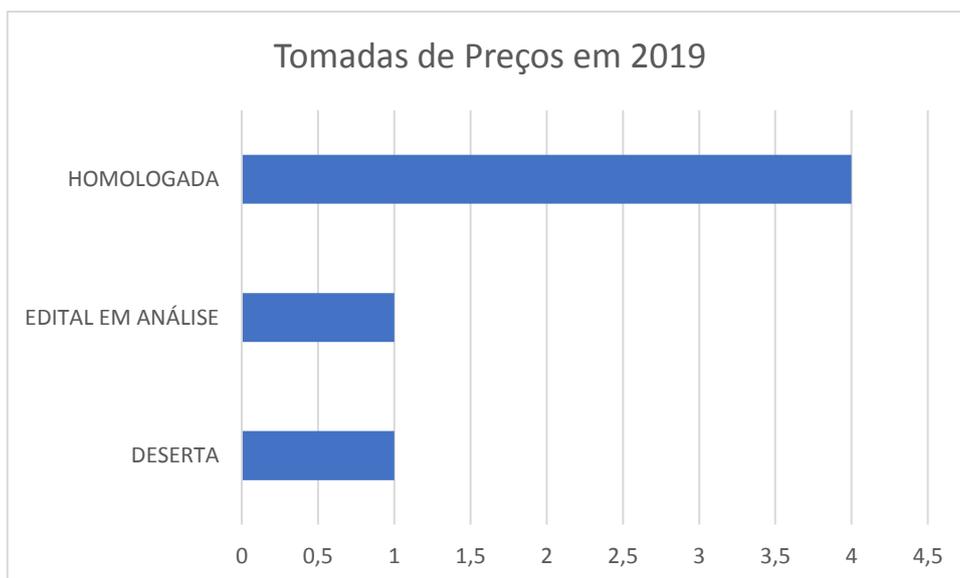
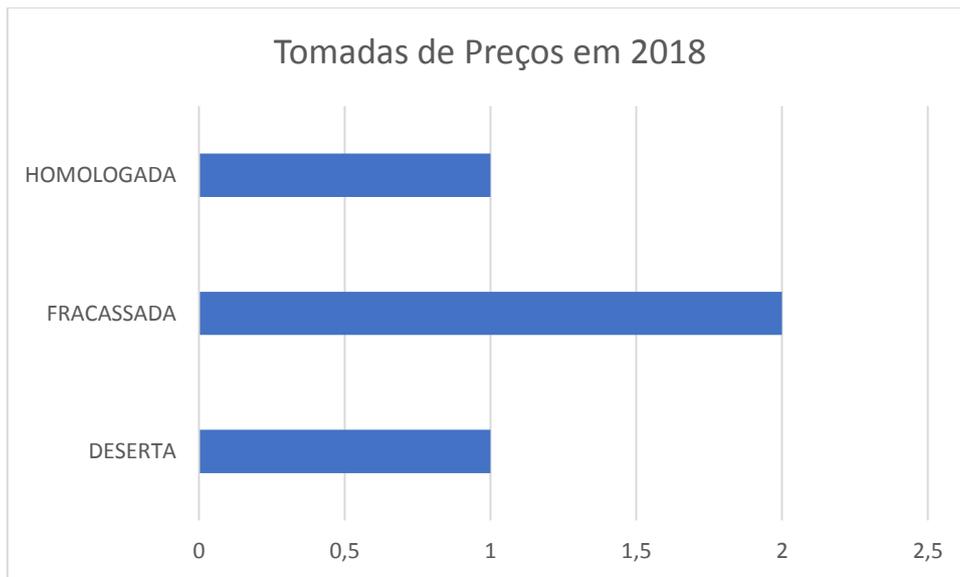
Em 2019, dos 49 Pregões realizados, 32, ou 65% foram homologados, até o presente momento, estando em tramitação mais 3 pregões, podendo ampliar o percentual para 71%.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

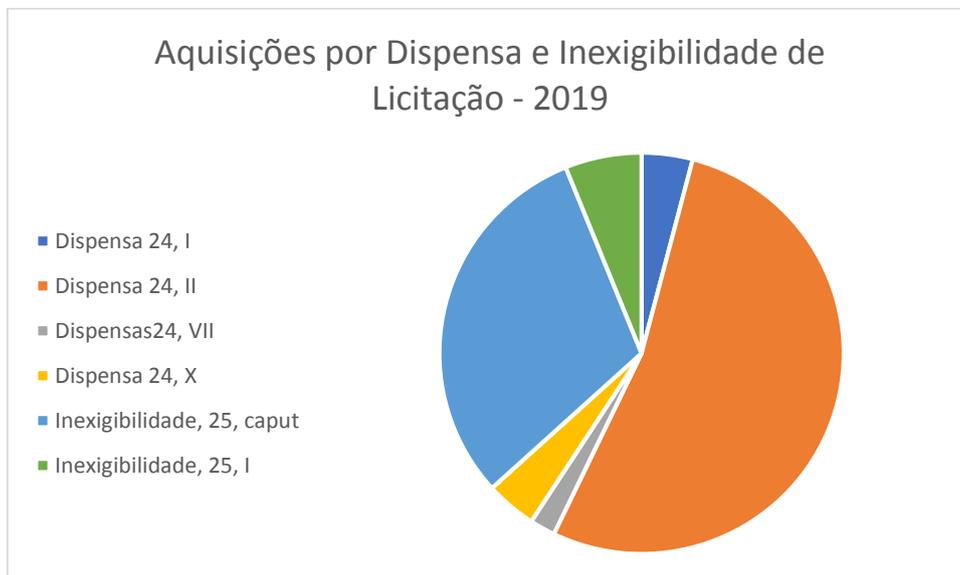
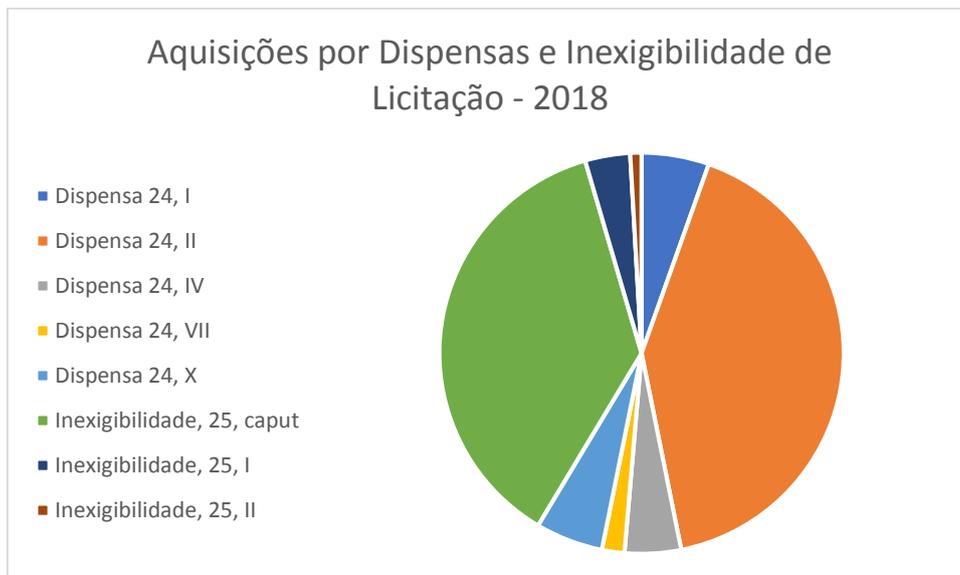
TOMADAS DE PREÇOS





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

AQUISIÇÕES POR DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO





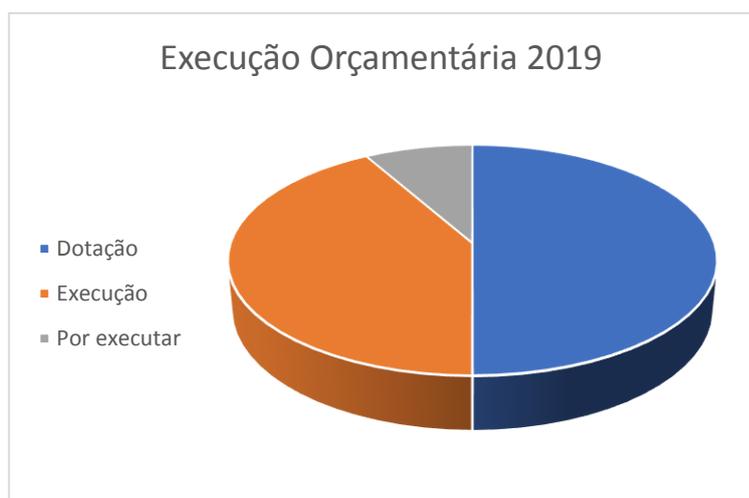
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2018, a execução do orçamento ficou em 96%. Este indicador demonstra a lidimidade da gestão dos recursos, com austeridade, prudência e, acima de tudo, compromisso com o Erário, sem descuidar da manutenção da instituição.



Até o momento (30/11), foram executados 84% do orçamento aprovado para o exercício 2019, demonstrando zelo pelo produto do trabalho da sociedade, transformando-o em benefício para essa mesma sociedade.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CONCLUSÃO



Os dois anos à frente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo foram de possibilidades e desafios. Possibilidades de consecução das ações que conduzem à realização da missão institucional, garantindo a legitimidade do processo eleitoral e desafios constantes, nessa caminhada, devido, em parte, à escassez de recursos e, em grande parte, à transformação experimentada pela sociedade brasileira, nesse período.

Ressalte-se que, além das legítimas aspirações da sociedade, o dinamismo do processo democrático coloca-se como robusto estímulo à modernização e ao aperfeiçoamento das ações da Justiça Eleitoral deste Estado, que, por sua vez, demonstra a sua disposição em exercer o seu múnus público, inovando para atender às demandas sociais.

O Relatório desta Gestão 2018/2019 - ou qualquer outro relatório - não consegue expressar a amplitude de requisitos exigidos de um gestor. No entanto, é o instrumento possível para demonstrar a integralidade do que esta Administração realizou, mesmo com a parcimônia temporal, que é o período de dois anos, e de recursos, atualmente vivenciada pela nação brasileira.

Por fim, registro que o objetivo maior desta Gestão sempre se constituiu na transparência e integridade para com os cidadãos. As diversas ações acima elencadas demonstram esse compromisso.

**DESEMBARGADOR ANNIBAL DE REZENDE LIMA
PRESIDENTE
TRE-ES**